



PROJETO DE LEI Nº 064-13, DE 11 DE OUTUBRO DE 2013.

Dispõe sobre informações a serem prestadas pelas administradoras de cartões de crédito ou de débito em conta corrente e demais estabelecimentos similares.

Art. 1º As administradoras de cartões de crédito ou de débito em conta corrente e demais estabelecimentos similares, deverão informar as operações e prestações realizadas no Município, cujos pagamentos sejam feitos por meio de seus sistemas de crédito, débito e similares, à Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º A Prefeitura Municipal realizará Convênio com o Estado do Rio Grande do Sul, hipótese em que as administradoras de cartões de crédito ou de débito em conta corrente e demais estabelecimentos similares prestarão as informações previstas no artigo 1º à Secretaria Estadual da Fazenda, na forma prevista em regulamento.

Parágrafo Único. A forma de disponibilização das informações da Secretaria Estadual da Fazenda para a Secretaria Municipal da Fazenda será prevista no Convênio.

Art. 3º Ficam também obrigadas as empresas tomadoras dos serviços de cartões de créditos e/ ou débito, a informarem as alíquotas aplicadas para cada estabelecimento conveniado, sempre que solicitado pelo município e diretamente a este.

Art. 4º Considera-se serviço o valor cobrado mensalmente pelas operadoras, das indústrias, comércios ou prestadoras de serviço, pela utilização dos cartões de crédito e/ ou débito.

Parágrafo Único. Será considerado serviço, o valor referido no caput deste artigo, independente de ser fixo ou por alíquota sobre o valor das vendas.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, EM 11 DE OUTUBRO DE 2013.

Gil Marques Filho
Prefeito



PROJETO DE LEI Nº 064-13, DE 11 DE OUTUBRO DE 2013.

JUSTIFICATIVA

Estamos enviando a Vossas Senhorias o presente projeto de lei para apreciação, visando adequar a fiscalização referente as operações com cartões de débito e crédito, no âmbito do Município.

O Convênio do Programa de Integração Tributária - PIT, realizado entre o Governo do Estado e a Federação das Associações de Município do Rio Grande do Sul, assinado no dia 17 de novembro de 2011, disponibilizou as informações referente as operações com cartões de crédito/ débito dos estabelecimentos com inscrição estadual. Com o acesso aos dados, os Municípios começarão a fiscalizar e arrecadar o Imposto Sobre Serviços – ISS devido nas operações realizadas por essas administradoras, contribuindo para o aumento de suas receitas próprias.

O Protocolo ECF 01/12, que alterou o ECF 04/01 e permitiu a obrigatoriedade das administradoras de cartões de crédito a informarem o código do município onde ocorreu a operação na entrega de seus arquivos, com isso o Município deve atualizar sua legislação para também dispor das informações dos seus estabelecimentos.

O Município está amparado pelos parágrafos do artigo 142, da Constituição Estadual:

Art. 142. São inaplicáveis quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de fiscalizar as pessoas ou entidades vinculadas, direta ou indiretamente, ao fato gerador dos tributos estaduais.

§ 1º O Estado poderá firmar convênios com os municípios, incumbindo estes de prestar informações e coligir dados, em especial relacionados com o trânsito de mercadorias ou produtos, com vista a resguardar o efetivo ingresso de tributos estaduais nos quais tenham participação, assim como o Estado deverá informar os dados das operações com cartões de crédito e outros às municipalidades, para fins de fiscalização e de recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, como disposto no Código Tributário Nacional. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 60, de 18/08/11).

§ 2º O fornecimento das informações disponíveis para os municípios ocorrerá de forma continuada, por meio eletrônico, contendo rol de todas as operações

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

com cartões de crédito, de débito e outros ocorridas em seus respectivos territórios, por administradora de cartões, na forma do convênio. (Incluído pela EC nº 60, de 18/08/11).

A municipalidade entende que em não existindo uma legislação local específica, que verse sobre o tema, não temos como exigir das operadoras todas as obrigações nesta elencada.

Esse projeto visa a regulamentação da Lei Municipal para que todos tenham direitos e deveres iguais perante a municipalidade.

São estes os motivos que embasam e justificam a aprovação do presente projeto de lei.

GABINETE DO PREFEITO, EM 11 DE OUTUBRO DE 2013.

Gil Marques Filho
Prefeito